



Biblioteca da Assembleia da República

DOSSIER DE IMPRENSA



Banco Insular é assunto encerrado

O Banco Insular (BI) é um assunto encerrado para as autoridades bancárias cabo-verdianas, disse ontem o governador do Banco de Cabo Verde (BCV). A afirmação peremptória de Carlos Burgo foi expressa numa audição na Comissão Especializada das Finanças e Orçamento do Parlamento cabo-verdiano, pedida pelo maior partido da oposição, Movimento para a Democracia, e destinada a explicar as razões do governo cabo-verdiano para o encerramento do BI, a 17 de Fevereiro. O BPN foi acusado de ter levado a cabo operações fraudulentas, num montante estimado em 700 milhões de euros, 300 dos quais realizados através do BI. Carlos Burgo explicou que a auditoria às contas do Insular está a cargo da nova administração do BPN e defendeu que o passo seguinte deve passar pelo reforço do banco central cabo-verdiano. **“O Banco Insular já não nos preocupa, mas sim a situação financeira e económica do país”**, ressaltou.

Antigo administrador de área comercial do BPN alertou para a situação

Cádima Carreira recusou assinar contas

Cádima Carreira afirma que recusou assinar, em Junho, as contas consolidadas porque não relevavam 400 milhões de euros no BPN Cayman e BPN IFI.

O antigo administrador para área comercial do BPN Teófilo Cádima Carreira afirmou que, em Junho de 2008, se recusou a assinar as contas consolidadas porque não relevavam 400 milhões de euros no BPN Cayman e BPN IFI.

“Em 2008, alertei para a diferença de depósitos entre o BPN IFI e BPN Cayman, constatei de forma rudimentar porque não tinha acesso ao sistema informático”, disse Cádima Carreira na comissão sobre o BPN, acrescentando que “a diferença era da ordem dos 400 milhões de euros”.

“Quando me foi facultado o relatório e contas consolidado do BPN - Participações Financeiras, constatei que havia essa diferença. Alertei [o então presidente-executivo] Abdool Vakil e recusei-me a assinar as contas. Depois, já com [a administração de] Miguel Cadilhe assinei as contas com reservas”, disse Cádima



Carreira, que estava a ser ouvido na Comissão a pedido do CDS-PP.

O antigo administrador do BPN referiu que Abdool Vakil lhe pediu para assinar as contas em que 400 milhões de euros não estavam relevados nas contas consolidadas do BPN a 6 de Junho, já depois de o então administrador-executivo ter alertado o Banco de Portugal para a titularidade do Banco Insular de Cabo Verde.

A 2 de Junho, Abdool Vakil informou o Banco de Portugal que a titularidade do Banco Insular é do universo BPN/SLN e referia que este possuía cerca de 580 milhões de euros, dos quais apenas 180 milhões estavam relevadas nas contas consolidadas.

Cádima Carreira revelou ainda

que o antigo administrador da SLN e do BPN Oliveira e Costa o abordou para apresentar uma proposta no sentido de criar um fundo fechado “para a compra de terrenos na zona de Oeiras para a instalação do Instituto Português de Oncologia (IPO)”.

A chamada «Operação Homeland», contou Cádima Carreira, “foi abordada na altura pelo presidente Oliveira e Costa” “mas não chegou a ser aprovada através do BPN”.

Cádima Carreira disse saber que a operação “foi aprovada por Private Banking” mas afirmou desconhecer “a configuração completa dessa operação”, à qual na altura deu um parecer “negativo” e da qual não se recorda do montante envolvido.

**BPN. Não quis assinar as contas**

O antigo administrador para área comercial do BPN Teófilo Cádima Carreira afirmou ontem no Parlamento que, em Junho de 2008, se recusou a assinar as contas consolidadas porque não relevavam 400 milhões de euros no BPN Cayman e BPN IFI.

INQUÉRITO ■ EX-GESTOR DO BANCO NA ZONA CENTRO DIZ DESCONHECER A SITUAÇÃO

BPN deu crédito a Aprígio Santos

■ Presidente da Naval é suspeito de ter crédito incobrável de 8,5 milhões de euros no BPN. Revelação foi feita ontem no Parlamento por Leonor Coutinho

● DIANA RAMOS

A deputada socialista Leonor Coutinho revelou ontem na Comissão de Inquérito Parlamentar ao caso BPN que Aprígio Santos, presidente da Naval, tem operações de crédito incobráveis cedidas pelo BPN no valor de 8,5 milhões de euros. Confrontado com estas afirmações, Teófilo Carreira, antigo director comercial com responsabilidades na Região Centro do País e ex-administrador do BPN, admitiu conhecer Aprígio Santos, mas sublinhou que não tinha ideia de que fosse um cliente incobrável.

“Tinha-o como um empresário de algum sucesso no ramo imobiliário”, afirmou.

Leonor Coutinho confrontou também o ex-administrador com a cedência de um crédito a José Serpa, que “valorizou um terreno em dez milhões” e que originou “um prejuízo de 2,5 milhões de euros na revenda desse mesmo terreno a Aprígio Santos”. Teófilo Carreira garantiu que não tinha conhecimento dos alegados créditos incobráveis.

O ex-gestor do BPN revelou ainda, após ser questionado por Nuno Melo, ter ordenado a suspensão das chamadas contas-investimento, que originaram um prejuízo de cerca de dez milhões de euros.

O deputado do CDS-PP confrontou o ex-gestor do BPN com uma offshore chamada ‘Jared’, parqueada no Banco Insular, que serviria de fundo para financiar a remuneração das contas de investimento. Teófilo Carreira garante que “não sabia onde iam buscar o dinheiro nem como pagavam essa taxa de juro aos clientes.” ■



Aprígio Santos é presidente da Naval e empresário imobiliário

Contas investimento remuneradas acima do valor real



Teófilo Carreira, ex-gestor do BPN

✚ PORMENORES

● **ASSINATURA DE CONTAS**
O antigo administrador para a área comercial do BPN Teófilo Cádima Carreira afirmou ontem que em Junho de 2008 se recusou a assinar as contas consolidadas porque não relevavam 400 milhões de euros no BPN Cayman e BPN IFI.

● **ASSUNTO ENCERRADO**
O Banco Insular (BI) é um assunto encerrado para as autoridades bancárias cabo-verdianas, disse ontem o governador do Banco de Cabo Verde (BCV).

● **RENTABILIDADE**
As contas-investimento no BPN tinham uma rentabilidade garantida, segundo refere um documento interno da Sociedade Lusa de Valores (SLN). Essas contas tinham uma remuneração superior à rentabilidade real obtida com a aplicação financeira do dinheiro desses clientes. Em 2008, a taxa de juro foi de sete por cento.

Fundo fechado compra terrenos do IPO em Oeiras

● Teófilo Carreira, ex-administrador do BPN, admitiu ontem na Comissão de Inquérito ao BPN que Oliveira e Costa o abordou para que fosse apresentada uma proposta de criação de um fundo fechado para a compra de terrenos em Oeiras, onde seria instalado o Instituto Português de Oncologia (IPO).

O ex-gestor diz que desaconselhou a Oliveira e Costa a operação e admitiu que a mesma foi autorizada mais tarde através do private bank. “As operações de private não eram discutidas nem aprovadas no conselho de administração. Essa operação chamou-se ‘Operação Homeland’.” António Franco, ex-gestor do BPN, já disse que foi este caso que motivou a sua demissão. ■



Dias Loureiro ainda não voltou à comissão, mas o seu nome continua a ser referido



THAGO LOURENÇO

BPN. Comissão investiga triângulo do ex-ministro com El-Assir e Agag Longo

Ligação de Dias Loureiro a genro de Aznar vem a lume

Relação do ex-ministro com um libanês, de quem será sócio, em causa

EVA CABRAL

A Comissão Parlamentar de Inquérito ao caso BPN quer questionar o cidadão espanhol Alejandro Agag Longo, genro de José María Aznar ex-presidente do Governo espanhol, sobre as suas ligações a Manuel Dias Loureiro e as funções que exerceu no banco e na SLN.

O PCP apresentou ontem um questionário tipo em que, designadamente, quer saber se este cidadão "conhecia Dias Loureiro antes da sua entrada para o grupo BPN/SLN" e se "o facto deste ter sido ministro de Governos do PSD e dirigente do PSD contribuiu ou facilitou a criação e o desenvolvimento das relações".

Os deputados querem igualmente apurar se Alejandro Agag conhecia o empresário libanês El-Assir e se "acompanhou - por volta do ano de 1994 - um negócio que El-Assir terá intermediado para a venda de armas a Marrocos".

A comissão quer ainda avaliar se "é ou não verdade que El-Assir e Dias Loureiro têm sido considerados co-

Carta para Espanha

Os deputados vão ainda solicitar a dois jornalistas espanhóis, **Carlos Ribagorda e Nacho Cardero**, co-autores do livro *Los Pijios*, alguns esclarecimentos designadamente que clarifiquem "em que dados concretos se basearam para afirmar que Dias Loureiro e El-Assir eram sócios".

mo sócios em alguns negócios".

Ontem a comissão parlamentar ouviu ainda Teófilo Cádima Carreira que foi administrador com o pelouro comercial do BPN durante as equipas de Oliveira e Costa e de Abdool Vakil, tendo este declarado que acabou, em 2007, com a comercialização do produto contas-investimento por verificar que este acarretava prejuízo para o banco, uma vez que eram remuneradas acima da rentabilidade do fundo imobiliário fechado em que eram aplicadas.

Cádima Carreira referiu desconhecer "como é que durante anos este prejuízo foi financiado". O ex-administrador disse que se recusou a assinar o relatório e contas a 6 de Julho de 2008 por ter verificado que na rubrica de depósitos existiam cerca de 400 milhões de euros que não estavam relevados nas contas. ■